

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

GESTÃO PÚBLICA COM FOCO EM ORÇAMENTO

Brasília-DF • 2025

PROJETO PEDAGÓGICO

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM GESTÃO PÚBLICA COM FOCO EM ORÇAMENTO**

Brasília-DF

2025

PROJETO PEDAGÓGICO

GESTÃO PÚBLICA COM FOCO EM ORÇAMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome do curso

Gestão Pública com Foco em Orçamento

1.2. Tipo de atividade

Pós-graduação *lato sensu*

1.3. Modalidade de oferta

Curso EaD - síncrono e assíncrono

1.4. Realização

Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)

1.5. Responsável

1.5.1. Orientação pedagógica

Pedro Henrique Rodrigues de Camargo Dias

Analista de Planejamento e Orçamento do MPU. Mestre em Gestão Pública (UnB).

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5350593196099882>

E-mail: pedrodias@mpf.mp.br

1.5.2. Responsável pelo suporte técnico do curso

Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (COPOS)

copos@escola.mpu.mp.br

1.6. Previsão de realização

O curso tem previsão para realização no período de março de 2025 a junho de 2026.

1.7. Área de conhecimento

6.02.02.00-9 - Administração Pública

1.8. Ambiente de realização

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle para atividades a distância.

1.9. Carga horária

Distribuição	Carga horária
Disciplinas (EaD)	420 horas-aula
Carga horária total do certificado	420 horas-aula
Elaboração do trabalho de conclusão de curso	60 horas-aula

1.10. Perfil do/a discente e público-alvo

Membros/as e servidores/as efetivos/as do Ministério Público da União (MPU).

1.11. Vagas

Serão destinadas 50 (cinquenta) vagas para uma turma, conforme distribuição prevista no edital acadêmico.

2. JUSTIFICATIVA

A missão institucional do Ministério Público da União (atividade-fim) de promover a realização da justiça, o bem da sociedade, em defesa do Estado Democrático de Direito, coloca a pós-graduação em Gestão Pública com Foco em Orçamento em nível de especialização, instrumento extremamente necessário e útil aos servidores, ao passo que se mostra ferramenta importante de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos relacionados aos serviços e políticas públicas vinculados ao sistema de justiça brasileiro.

A necessidade de aprimorar o gasto público e implementar novos arranjos institucionais direciona as unidades e órgãos do Ministério Público da União para uma gestão participativa, responsiva e transparente, visando ao alcance de metas e indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Nesse contexto, a capacitação de membros/as e servidores/as constitui uma ferramenta administrativa essencial para fornecer serviços públicos de qualidade à população, além de dotar os/as gestores/as de competências complexas relacionadas à capacidade de análise e à solução de problemas organizacionais.

3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) é uma instituição federal da administração direta, configurando-se como ente de direito público de natureza jurídica autônoma, vinculada diretamente ao/à procurador/a-geral da República. Oficialmente instalada no ano de 2000, tem foro e sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

A Escola promove cursos de especialização, de aperfeiçoamento e atividades de extensão, em busca de intercâmbio de informações, saberes e conhecimentos com vistas à profissionalização de membros/as e servidores/as do MPU. A instituição desenvolve projetos de pesquisa científica propostos e conduzidos por membros/as e servidores/as que tenham como objetivo abrir canais de diálogo e melhorar a resposta do MPU à sociedade.

Para mais informações, acesse o nosso endereço eletrônico em www.escola.mpu.mp.br.

3.1. Missão da ESMPU

Facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos/as membros/as e servidores/as do Ministério Público da União, para uma atuação profissional eficaz.

4. OBJETIVOS DO CURSO

Desenvolver habilidades e competências para atuação de membros/as e servidores/as nas áreas de direção, chefia e assessoramento do MPU por meio de conhecimentos interdisciplinares inerentes à estrutura da Administração Pública, a partir do amplo conhecimento de temas concernentes ao Orçamento Público.

5. SELEÇÃO

5.1. Tipo de seleção

A seleção será realizada por meio de sistema eletrônico – sistema de inscrição e seleção da ESMPU –, conforme estabelecido no edital acadêmico.

5.2. Requisitos

Os requisitos para a participação estão relacionados no edital acadêmico do curso.

6. MATRÍCULA

Os documentos para a matrícula estão relacionados no edital acadêmico do curso.

7. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso está dividido em dois eixos: gestão pública e orçamento público.

7.1. Módulo gestão pública: disciplinas voltadas ao contexto da Gestão e Administração Pública.

7.2. Módulo orçamento público: disciplinas voltadas às questões vinculadas ao orçamento, contabilidade e economia do setor público.

8. METODOLOGIA DE ENSINO

8.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- **Material didático-instrucional:** referência inicial das disciplinas, em que o/a discente deverá conhecer os principais conceitos que serão estudados.
- **Fórum dialogado:** uma adaptação, para a interação a distância, da aula expositiva dialogada que pretende colocar os/as discentes no centro do processo de ensino-aprendizagem, criando um ambiente de interatividade em que os/as participantes sejam motivados a expor suas opiniões sobre o tema discutido. O/a docente deverá ter habilidade em expor as atividades e estimular entre os/as discentes a elaboração de perguntas, observações e intervenções. Essa atividade permite o diálogo entre os/as envolvidos/as, estimulando a capacidade argumentativa dos/as alunos/as, sistematizando e consolidando os argumentos e temas estudados a fim de que se apliquem no ambiente profissional.
- **Leitura crítica:** trata-se da leitura e análise crítica de documentos, tais como contratos, legislação, pareceres, manuais, jurisprudências, entre outros, condizentes com a temática de cada disciplina. Esse procedimento metodológico de ensino-aprendizagem visa ao desenvolvimento da capacidade de análise, interpretação e compreensão pelos/as discentes.
- **Estudo de caso:** análise de um caso real para que os/as alunos/as simulem situações cotidianas que podem ser replicadas no futuro. Visa ainda a uma conexão mais profunda da teoria estudada nas disciplinas com a prática do trabalho.
- **Aprendizagem baseada em problemas:** é apresentada aos discentes uma situação-problema nova no fórum a fim de que realizem proposições de soluções. É importante que o/a docente estimule o diálogo entre os/as participantes, de forma a criar um ambiente harmônico e favorável para a discussão de ideias.

9. RECURSOS DIDÁTICOS

- **Videoaulas:** ferramenta audiovisual difusora do conhecimento aplicado, de modo interativo e dinâmico, com finalidade prática, profissionalizante e voltada à realidade da organização.
- **Fóruns de discussão:** ambiente virtual com o intuito de dialogar e aprofundar o tema desenvolvido entre os/as alunos/as.
- **Material bibliográfico:** textos curados pelo/a docente EaD com o objetivo de apresentar procedimentos e conhecimentos voltados para a aplicação prática e profissional dos/as discentes.

- **Blocos de questões:** ferramenta de fixação da aprendizagem de todo o conhecimento discutido no ambiente virtual de aprendizagem.

10. INTERDISCIPLINARIDADE

A ampla abordagem possibilitará ao discente a reflexão acerca de diferentes campos dos saberes, permitindo a superação da simples discussão instrumental dos conceitos e técnicas, viabilizando, assim, a desejada produção de conhecimentos voltados para a melhoria das práticas que envolvem a temática da gestão pública com foco no orçamento.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Disciplinas	Carga horária (horas-aula)
Módulo básico	
Gestão pública contemporânea	60
Gestão da logística aplicada ao setor público	60
Metodologia da Pesquisa Científica	60
Módulo específico	
Orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal	60
Economia no setor público	60
Planejamento e execução orçamentária e financeira aplicada ao MPU	60
Contabilidade aplicada ao setor público	60
Total da carga horária	420
Trabalho de conclusão de curso	60

12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares serão definidas pelo/a docente de cada disciplina.

13. TECNOLOGIA EMPREGADA

O curso será realizado na plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Nessa plataforma são utilizadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que consistem no conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si com a finalidade de promover a comunicação e dinamizar o processo de ensino-aprendizagem.

Em cada disciplina, o/a discente terá ao seu alcance o estudo por meio de videoaulas, material bibliográfico com textos curados pelo/a docente EaD, fóruns de debate e questões para fixação da aprendizagem. O/a discente contará também com ambiente de aprendizagem democrático e participativo, propício ao diálogo e ao estabelecimento de vínculo com os/as participantes da atividade, de forma que estimule o desejo de aprender, possibilite desafios e oportunize o desenvolvimento da colaboração, da autonomia e do pensamento crítico.

14. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O processo avaliativo adotado pela ESMPU compreende:

14.1. Avaliação de reação

A avaliação de reação tem como objetivo mensurar a satisfação dos/as participantes com a atividade acadêmica em termos de planejamento, desempenho didático, suporte institucional e resultados.

14.2. Avaliação de impacto e suporte à transferência no trabalho

Destinada a mensurar a influência da ação de capacitação na aplicação e no desenvolvimento de competências do/a discente em seu ambiente de trabalho. Esta avaliação é aplicada após o término do curso, observado o lapso de tempo definido em regulamento próprio, a fim de avaliar e verificar a contribuição da atividade acadêmica no desempenho individual pós-treinamento e do programa acadêmico nos níveis institucional e social.

15. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

15.1. Avaliação parcial de aprendizagem

A avaliação de aprendizagem tem como intuito mensurar a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes previstos para a atividade acadêmica. Nos cursos da ESMPU, essa avaliação é realizada com base nos conceitos de avaliação formativa, de forma gradual e por

disciplina, levando em consideração a evolução da aprendizagem ao longo de todo o processo. O objetivo é permitir que os/as participantes do processo – discentes e docentes – acompanhem seu desenvolvimento e identifiquem os aspectos que necessitam de maior investimento, proporcionando *feedback* contínuo.

15.2. Avaliação final de aprendizagem

É realizada ao fim do processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de verificar as competências adquiridas pelos/as discentes.

15.3. Requisitos para aprovação

Os/as participantes deverão cumprir os seguintes requisitos para fazerem jus ao certificado: Aproveitamento nas disciplinas, com nota mínima 6,0 (seis) em cada disciplina e no trabalho de conclusão de curso, nos termos do regulamento. A instituição utiliza tanto a avaliação formativa quanto a somativa, garantindo que o aprendizado seja contínuo e abrangente.

- *Avaliação formativa*: consiste na atribuição de uma nota para o aluno de acordo com seu desempenho, levando em conta aspectos como a relação com os integrantes do grupo e com o/a docente; a participação nas atividades propostas (blocos de questões, fóruns, encontros síncronos); a capacidade de expressar-se de forma clara, objetiva e organizada; o uso de conhecimentos prévios; e a demonstração de interesse e habilidade na aprendizagem do conteúdo proposto.
- *Avaliação somativa*: envolve a avaliação da aprendizagem do aluno, bem como a aquisição de habilidades e desempenho acadêmico, realizada ao final de um período de ensino. Normalmente ocorre por meio de provas e exames, ao final de um curso ou programa, com o objetivo de medir o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos.

A nota final em cada disciplina será estabelecida pela composição percentual das seguintes atividades:

20% - Blocos de questões

20% - Participação nos fóruns

20% - Participação nos encontros síncronos

40% - Prova final ou prova de recuperação realizada na plataforma

Importante: a prova de recuperação tem como função substituir apenas a prova final, sendo imprescindível que os alunos participem das demais atividades ao longo do curso para garantir o aproveitamento necessário e alcançar a nota mínima exigida.

Apresentação e aprovação do trabalho de conclusão de curso (TCC), de acordo com as menções a seguir:

- I – reprovado;
- II – aprovado;
- III – aprovado com distinção.

Atenção: é obrigatória a submissão do TCC a uma revista científica de classificação Qualis B4 ou superior e o encaminhamento do comprovante de envio à ESMPU. O/a discente deverá realizar as adaptações necessárias, de acordo com as regras editoriais da revista escolhida. O Boletim Científico ESMPU possui classificação Qualis B4 e fluxo contínuo, permitindo que o/a discente submeta seu TCC a qualquer tempo. Mais informações em <https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/index>.

16. DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O TCC será realizado consoante os resultados do conhecimento construído ao longo do curso, aliado à sua aplicação nos diversos campos de trabalho, com base nas reais necessidades enfrentadas no cotidiano funcional do/a membro/a ou servidor/a do MPU.

O TCC terá a forma de artigo científico, inédito, e atenderá à formatação de originais de publicação periódica estabelecida nas normas internas da ESMPU, no link <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/publicacoes/formatacao-textual>, e no Projeto Pedagógico do curso.

Não serão aceitas como TCC peças processuais, verdadeiras ou simuladas, nem artigo com fins exclusivamente de revisão bibliográfica.

A extensão do artigo científico será de, no mínimo, 15 (quinze) e, no máximo, 30 (trinta) laudas, com 2.100 (dois mil e cem) caracteres por lauda.

O TCC será realizado com temas vinculados às linhas de pesquisa aprovadas pelo/a orientador/a pedagógico/a do curso.

Os melhores TCCs escolhidos pelo/a orientador/a pedagógico/a poderão se transformar em seminário, para fins de divulgação, ou culminar na produção de uma pesquisa promovida pela ESMPU.

É exigida de cada discente a submissão do TCC a uma revista científica de classificação Qualis B4 ou superior.

17. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Será computada como frequência a participação nas atividades propostas em cada disciplina (fóruns, questionários, aulas síncronas e assíncronas, entre outros).

18. CERTIFICAÇÃO

Os certificados de conclusão do curso são emitidos pela ESMPU aos/às discentes que obtiverem aprovação de acordo com os requisitos deste projeto. Será conferido ao/à discente o Certificado de Especialista, obedecendo às normas constantes na Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 1, de 6 de abril de 2018, a qual estabelece a menção da área de

conhecimento do curso e o acompanhamento do respectivo histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente:

- I – ato legal de credenciamento da instituição, nos termos do artigo 2º desta Resolução;
- II – identificação do curso, período de realização, duração total, especificação da carga horária de cada atividade;
- III – elenco do corpo docente que efetivamente ministrou o curso, com sua respectiva titulação.

O certificado será entregue no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de aprovação do TCC e do cumprimento de todas as exigências previstas no curso.

19. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os trabalhos de conclusão de curso produzidos, versando sobre temas da área e elaborados com base em reflexões sobre a prática cotidiana do MPU, com o objetivo de apontar caminhos que conduzam a uma prática mais eficiente e eficaz, contribuirão para a modernização organizacional e produzirão reflexos diretos na forma de atuação da instituição na sociedade.

20. INFRAESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA

A ESMPU utiliza a plataforma virtual de aprendizagem Moodle como principal meio de ensino-aprendizagem para as atividades a distância. São elaboradas, por meio dessa plataforma, as ferramentas específicas de interação do/a docente e dos/as alunos/as, tais como fóruns, chats e correio eletrônico. Ainda, para dar suporte ao processo de ensino-aprendizagem, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) concluiu, em 2019, a construção de sua nova sede, localizada no endereço SGAS 603, Avenida L2 Sul, em Brasília. No total, o edifício conta com cerca de 10 mil m² de área construída, distribuídos em cinco andares, permitindo a ampliação de oferta de atividades acadêmicas a membros/as e servidores/as do Ministério Público da União e à sociedade civil.

O prédio conta com seis salas de aula; ambientes para setores administrativos, de pessoal e de apoio; dois auditórios (150 e 116 lugares); biblioteca; estúdio de gravação; estrutura de videoconferência; equipamento de ensino híbrido, que permite a mescla de salas de aula presenciais com salas EaD em tempo real; lanchonete com área de convivência; garagem; e jardins internos para aproveitamento de luz e ventilação natural. As áreas destinadas ao espaço acadêmico (salas de aula, auditórios, estúdio, laboratório de TI, biblioteca e sala da Comissão Própria de Avaliação) foram ampliadas em 82%, passando a ocupar 1.386,36 m² da sede. Isso permite receber um número maior de público, com mais qualidade e conforto.

O projeto arquitetônico buscou ainda uma identidade ecológica, preocupando-se com a redução no consumo de energia elétrica em iluminação e refrigeração do ar. A maioria dos ambientes recebe luz natural e, devido aos espaços abertos no interior do edifício, há circulação do ar nas áreas comuns.

Com instalações mais modernas, mais atividades acadêmicas são oferecidas. O estúdio de gravação, por exemplo, permite a produção de conteúdo audiovisual como videoaulas, deixando os cursos à distância mais interativos. Também há sistema de videoconferência e transmissão dos eventos realizados nos auditórios e salas de aula equipadas com câmeras inteligentes do ensino híbrido, via *streaming*.

A ESMPU conta ainda com equipes especializadas de docentes – coordenador/a de ensino de cada ramo do MPU, orientador/a pedagógico/a, conteudistas, tutores/as e instrutores/as –, além de equipe técnica que acompanha a transposição dos conteúdos para a linguagem mais dialógica, voltada para o ensino a distância.

21. QUADRO DOCENTE

Os/as docentes serão contratados/as pela Escola em regime horista, de acordo com a Portaria PGR/MPU n. 9, de 28 de janeiro de 2021, que regulamenta a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União. Segue abaixo a relação dos/as docentes, a última titulação, a disciplina a ser ministrada e o link para acesso ao Currículo Lattes.

É relevante destacar que as disciplinas não estão vinculadas aos/às docentes de forma rígida e absoluta, tendo em vista que estes/as poderão interagir entre si, inclusive na colaboração e no desenvolvimento dos assuntos relacionados que envolvam mais de uma disciplina dentro do programa.

Disciplina 1: Gestão pública contemporânea
Docente responsável: Pedro de Hollanda Dionisio
Titulação acadêmica: Doutorando em Direito Público
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1403145444736723
E-mail: pedrohdionisio@hotmail.com

Disciplina 2: Gestão da logística aplicada ao setor público
Docente responsável: Jakson Barbosa Alves
Titulação acadêmica: Especialista em Governança de Tecnologia da Informação
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6012776515201177
E-mail: jakson@mpf.mp.br

Disciplina 3: Metodologia da Pesquisa Científica

Docente responsável: Jonilto Costa Sousa

Titulação acadêmica: Doutor em Administração

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2798671439590312>

E-mail: jonilto@unb.br

Disciplina 4: Orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal

Docente responsável: Graciano Rocha Mendes

Titulação acadêmica: Especialista em Orçamento Público

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5873973316674735>

E-mail: graciano.rocha@gmail.com

Disciplina 5: Economia no setor público

Docente responsável: Riezo Silva Almeida

Titulação acadêmica: Doutor em Educação

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2262196930071660>

E-mail: riezoalmeida@gmail.com

Disciplina 6: Planejamento, programação e execução orçamentária e financeira aplicada ao MPU

Docente responsável: Ionara Oliveira Cardoso Oliveira

Titulação acadêmica: Mestre em Administração

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7917719248450491>

E-mail: ionaraoliveira@mpf.mp.br

Disciplina 7: Contabilidade aplicada ao setor público

Docente responsável: Luciano Souza Zanzoni

Titulação acadêmica: Mestre em Formação de Gestores Educacionais

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3908137379342425>

E-mail: zanzoni@gmail.com

ANEXO I - EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA 1

Gestão Pública Contemporânea

Capacitador

Pedro de Hollanda Dionisio

Ementa

A teoria unitária do Estado de Direito. O nascimento e as diversas experiências do Estado de Direito. A problemática do Estado Social diante das características históricas do Estado de Direito e seus reflexos no controle da Administração Pública. A compreensão da separação de poderes como um dos fundamentos do Estado contemporâneo; precedentes judiciais e o controle da Administração Pública. Teorias sobre a gestão pública. Governabilidade, gestão pública e governança. A Fazenda Pública em juízo. Negociação, mediação e o controle da Administração. Desafios e tendências da Administração Pública. Qualidade do gasto público.

Bibliografia básica

CAVALCANTE, Pedro. Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. **Texto para discussão 2319**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ago. 2017.

COELHO, Jerri. Princípio da eficiência: parâmetro para uma nova gestão. **Revista do TCU**, Brasília, n. 122, p. 56-63, set./dez. 2011.

MODESTO, Paulo. Notas para um debate sobre o princípio constitucional da eficiência. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**, Salvador, n. 10, maio-jul. 2007.

DISCIPLINA 2

Gestão da Logística Aplicada ao Setor Público

Capacitador

Jakson Barbosa Alves

Ementa

Compreender o fluxo da cadeia de suprimentos para o serviço público. Apresentar e discutir a gestão da logística pública atual desde o nascimento da demanda, seu planejamento, até a fase de gestão contratual, com foco na busca da qualidade e eficiência em compras e gestão de contratos públicos, bem como na discussão e reflexão crítica da legislação vigente.

Bibliografia básica

CHARLES, Ronny. **Leis de licitações públicas comentadas**. 14. ed. São Paulo: JusPodivm, 2023.

FENILI, Renato Ribeiro. **Gestão de materiais**. 2. ed. Brasília: ENAP/DDG, 2016. 115p. Disponível em: <https://tinyurl.com/22suw3f2>. Acesso em: nov. 2024.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**. 2. eEd. São Paulo: Thomson Reuters; Revista dos Tribunais, 2023.

DISCIPLINA 3

Metodologia da Pesquisa Científica

Capacitador

Jonilto Costa Sousa

Ementa

Características do trabalho científico. Pesquisa bibliográfica e empírica. Métodos e técnicas de coleta de dados. Projeto de pesquisa – artigo científico. Estruturação do TCC – artigo científico.

Bibliografia básica

CRESWELL, John Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DISCIPLINA 4

Orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal

Capacitador

Graciano Rocha Mendes

Ementa

Orçamento Público – definição, objetivo e princípios. A evolução do Orçamento Público. Ciclo orçamentário. Plano Plurianual: definição, conteúdo, vigência. Lei de Diretrizes Orçamentárias: definição, conteúdo e vigência. Lei Orçamentária Anual: definição, conteúdo e vigência. Programação orçamentária: da proposta ao início da execução orçamentária, órgão central e transferências de dotação orçamentária. Programação financeira: órgão central, documentos de transferência de recursos financeiros. Despesa pública: definição, tipos e estágios. Restos a pagar: definição, tipos e vigência. Despesas de exercícios anteriores: definição, motivação. Suprimento de fundos: definição, objetivo, instrumento e proibições. Dívida passiva flutuante e fundada. Receita pública: definição, tipos e estágios. Créditos adicionais: definição, tipos, fontes de abertura e vigência. Lei de Responsabilidade Fiscal: histórico, relatório de gestão fiscal. Prestação de contas: relatório de gestão. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal: histórico, objetivos, evolução, principais documentos.

Bibliografia básica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público**: parte I. 9. ed. Brasília, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/5yabsmju>. Acesso em: nov. 2024.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 19. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2023.

DISCIPLINA 5

Economia no setor público

Capacitador

Riezo Silva Almeida

Ementa

Estado e intervenção no contexto econômico. Os principais instrumentos de política econômica. As políticas de ajustes e regulação do setor público – uma visão pelo MPU. População, emprego e renda. Desenvolvimento econômico: reflexão pelo MPU. Economia internacional. O setor público na economia globalizada. Estudos de caso relacionados com o desempenho da economia brasileira na conjuntura atual, incluindo o Ministério Público.

Bibliografia básica

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

LAGEMANN, E. Economia do setor público. In: SOUZA, N. (org.). **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 1997. p.311-332.

MUSGRAVE, R. A. **Teoria das finanças públicas**: um estudo de economia governamental. São Paulo: Atlas, 1974.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. **Finanças públicas**: teoria e prática. São Paulo: Campus, 1980.

DISCIPLINA 6

Planejamento, programação e execução orçamentária e financeira aplicada ao MPU

Capacitador

Ionara Oliveira Cardoso Oliveira

Ementa

Legislação e normas orçamentárias aplicadas ao MPU: Constituição Federal; Lei Complementar n. 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); leis orçamentárias: LOA, LDO, PPA e créditos adicionais; Lei Complementar n. 200, de 2023 – novo arcabouço fiscal; limite orçamentário, limite de pagamento e gestão de restos a pagar.

Ciclo orçamentário: fases do ciclo orçamentário – elaboração, aprovação, execução e controle. Papel da SPOC como setorial MPU. Proposta orçamentária dos ramos e do MPU. Execução: programação e reprogramação orçamentária. Alteração orçamentária: elaboração de créditos adicionais durante o exercício.

Classificação orçamentária: tipos de orçamento (tradicional, programático, base-zero); classificação por função e subfunção; grupo de natureza de despesa; elemento de despesa; detalhamento da LOA do MPU: ações e plano orçamentários; despesas obrigatórias e discricionárias; investimentos, gastos com pessoal e manutenção básica.

Análise de transparência e prestação de contas: Relatório de Gestão do MPU; o papel da SPOC como setorial contábil; Relatório de Gestão Fiscal (RGF): limites de gastos com pessoal.

Sistema de Informações Gerenciais: SIOP, SIGO, Tesouro Gerencial, COSMOS e Painel de Orçamento Federal. Estudos de caso e aplicações práticas: análise de casos reais e simulações e discussão de problemas e soluções práticas.

Bibliografia básica

ABRAHAM, Marcus. **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fonnense, 2021.

CASTAGNA, Ricardo Alessandro. **O direito financeiro dos gastos tributários**. 2020. 563 f. Tese (Doutorado em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 19. ed. rev., atual, e ampl. São Paulo: Atlas, 2023.

LEITE, Harrison. **Manual de direito financeiro**. 9. ed. rev., atual, e ampl. Salvador: Juspodivm, 2020.

DISCIPLINA 7

Contabilidade aplicada ao setor público

Capacitador

Luciano Souza Zanzoni

Ementa

Histórico da contabilidade pública no Brasil. Princípios fundamentais de contabilidade. Conceituação de contabilidade governamental. Estrutura do plano de contas. Classificação contábil e classificação orçamentária. Regime de Caixa e Competência. Sistemas de contas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Sistema de informação de custos do setor público. Demonstrações contábeis aplicáveis ao setor público. Orçamento público. plano de contas, lançamentos típicos e demonstrações. Lei n. 4.320 e Lei de Responsabilidade Fiscal: objetivos, transparência, controles e responsabilidade da área contábil.

Bibliografia básica

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública**: teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.